

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

NEIDE DO ROSÁRIO LEMOS

**A Evasão no Curso Técnico Noturno em Segurança do
Trabalho Modalidade Subsequente – *campus* Governador
Valadares/MG – 2010 a 2014: Projeto de Intervenção**

**São Mateus/ES
2015**

NEIDE DO ROSÁRIO LEMOS

A Evasão no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente – IFMG, *campus* Governador Valadares/MG – 2010 a 2014: Projeto de Intervenção

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Maria da Costa Barreto.

**São Mateus/ES
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

L557e

LEMOS, Neide do Rosário.

A Evasão no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente – IFMG Campus Governador Valadares/MG – 2010 a 2014: projeto de intervenção. – São Mateus - ES, 2015.

58f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Sônia Maria da Costa Barreto.

1. Evasão escolar. 2. Cursos técnicos. 3. IFMG – *Campus* Governador Valadares. I. Título.

CDD: 371.29

NEIDE DO ROSÁRIO LEMOS

**A EVASÃO NO CURSO TÉCNICO NOTURNO EM SEGURANÇA DO
TRABALHO MODALIDADE SUBSEQUENTE - IFMG CAMPUS
GOVERNADOR VALADARES/MG - 2010 A 2014: PROJETO DE
INTERVENÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



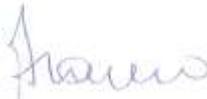
Prof.ª Dr.ª SÔNIA MARIA DA COSTA BARRETO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.ª Me. LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu DEUS, à minha MÃE e ao meu PAI *in memoriam*.

Dedico também aos meus amados filhos Sammuell, Natália e Wagner. Às minhas noras queridas, Selma e Thaisa, aos meus netos Ygor e Miguel, que sempre me proporcionaram alegria e felicidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, nosso Pai, que nos dá a força necessária para que nunca desistamos do caminho, por mais árduo que seja. Pela LUZ que emana de Sua bondade, ajudando-nos e orientando quando precisamos.

À Prof.^a Dr.^a Sônia Maria da Costa Barreto, pela paciência, compreensão e estímulo nessa importante jornada.

Ao Prof. Rodrigo Marques de Oliveira, Diretor do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares, e à Prof.^a Mestre Débora Rosa Nascimento, Coordenadora de Extensão, Pesquisa e Inovação, por permitirem o acesso às informações necessárias para que eu pudesse dar andamento aos trabalhos.

Aos meus queridos amigos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) de Governador Valadares, que sempre me deram força para que prosseguisse os estudos em busca do meu ideal.

Ao ex-aluno Daniel Profeta Moreira Santos, que me deu todo apoio e informações necessárias para a elaboração desse trabalho.

Às minhas amigas de curso Ilma e Edilene, que tanto me incentivaram e ajudaram na minha aprendizagem.

Obrigada!

Muito obrigada a todos!

RESUMO

A evasão escolar tem sido um tema arduamente debatido em instituições de ensino nos seus mais diversos níveis. Buscam-se sobre o assunto as inúmeras causas que levam o aluno à decisão de abandonar o curso. A evasão escolar se constituiu como um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. É preocupante também o prejuízo causado aos cofres públicos. O desafio, portanto, é encontrar uma forma de manter os alunos nas instituições de ensino para que possam estudar e, conseqüentemente, pensar num futuro promissor com oportunidades no mercado de trabalho. O método aplicado é exploratório e visa a desenvolver as hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador e apreciar o tema. É possível pensar em políticas educacionais capazes de transformar o jovem em cidadão consciente e capacitado. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar as possíveis causas e conseqüências da evasão escolar no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente – IFMG, *campus* Governador Valadares/MG – 2010 a 2014: Projeto de Intervenção.

Palavras-chave: Evasão escolar. Cursos técnicos. IFMG *campus* Governador Valadares.

ABSTRACT

Truancy has been a debated topic in educational institutions in its various levels. This work has searched on the subject the many causes that lead students to quit school. This is a growing problem that affects mainly public schools. The public money lost with these evasions is something to worry about. The challenge, therefore, is to find a way to keep these students in classrooms so that they can study and think of a promising future with opportunities in the working market. The method used here is exploratory and intends to develop the hypothesis, increase the researcher's familiarity with the subject and, of course, explore this same subject. One can think of educational policies as transformative for the young into conscious and empowered citizens. Thus, this study has the general objective of verifying the possible causes and consequences of truancy in the Technical Course in Occupational Safety Subsequent Mode (night shift), at the Federal Institute of Minas Gerais, *campus* Governador Valadares.

Keywords: Truancy. Technical courses. Federal Institute of Minas Gerais. IFMG *campus* Governador Valadares.

LISTA DE ABREVIATURAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IES – Instituto de Ensino Superior

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IFMG-GV – Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares

MEC – Ministério da Educação e Cultura

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Evasão escolar.....	34
Gráfico 1 – Possíveis causas da evasão escolar.....	40
Gráfico 2 – Causas da evasão.....	41
Gráfico 3 – Evasão Curso Técnico em Segurança do Trabalho (2013/1 a 2014/1)	42
Gráfico 4 – Alunos evadidos/desligados em 2010/1	43
Gráfico 5 – Índice de concluintes, evadidos e matriculados no Curso Técnico em Segurança do Trabalho (turmas 2010-01, 2010-02 e 2011-1)	44
Gráfico 6 – Alunos evadidos/desligados em 2010/1	45
Gráfico 7 – Alunos evadidos/desligados em 2012/1.....	46
Gráfico 8 – Alunos evadidos/desligados em 2013/1	46
Gráfico 9 – Alunos evadidos/desligados em 2014/1	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1. O município de Governador Valadares/MG.....	16
1.1. Diálogo: Educação e Desenvolvimento Regional.....	19
Capítulo 2. Instituto Federal de Minas Gerais, <i>campus</i> Governador Valadares	22
2.1. Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho – Modalidade Subsequente.....	25
2.2. Evasão Escolar.....	31
2.3. Possíveis Causas da Evasão Escolar.....	35
Capítulo 3. Análise dos Dados.....	40
Considerações Finais.....	49
Referências.....	51
Apêndice	54

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares (IFMG-GV), a partir da sua fundação em outubro de 2009, passou a desempenhar o papel de uma instituição de ensino de qualidade, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos em diferentes áreas de ensino.

Para tal, pretende promover a integralização da educação básica com a educação profissional e superior, ampliando a infraestrutura física, o corpo técnico-administrativo, além de captação de recursos para a gestão. Apresenta como objetivo principal a formação do indivíduo a fim de beneficiar e fortalecer os arranjos produtivos locais, que são as bases para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

O desenvolvimento de projetos de extensão e o estímulo à realização de pesquisas possibilitam a produção de cultura e de tecnologia, firmando-se como uma instituição de excelência, como, por exemplo, com o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Jr.– PIBEX Jr., o Projeto Mulheres Mil, a Portaria nº 25, de 25 de outubro de 2011, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, a Portaria nº 24, de 4 de outubro de 2011, e o Programa de Pesquisa Institucional do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares.

Acompanhando a permanência dos alunos na instituição, observamos que, desde abril de 2010, tem-se registrado significativa evasão de estudantes, principalmente no período noturno. Essa evasão preocupou toda a comunidade escolar e, a partir de alguns dados, a instituição deu início a um trabalho sobre esse fenômeno que, em pouco tempo, deixou quase todas as salas vazias. Inicialmente, o motivo do abandono/evasão foi em razão de questões de infraestrutura, uma vez que o IFMG-GV, à época em fase de estruturação, encontrava-se em estado de fragilidade – alguns alunos se formaram sem aulas laboratoriais, dificultando, provavelmente, a aprendizagem, o que provavelmente viria a se refletir na vida profissional.

O instituto ainda se acha em fase de finalização de suas unidades, que permitirão, até 2016, aulas integrais e práticas em laboratórios de química, física, segurança do trabalho, biologia, além de uma biblioteca mais adequada aos cursos e com acervo mais atualizado. Novas salas de aula também já estão sendo concluídas, possibilitando o início de novos cursos que deverão atender às necessidades da comunidade local e do seu entorno.

Entendemos a necessidade de um ensino mais humano e social. Um ensino que possibilite a educação com uma grade curricular flexível, com auxílio da tecnologia da informação e da comunicação, com aprendizagem significativa e capaz de reter o interesse do aluno e mantê-lo no curso, uma vez que os conteúdos trabalhados servirão para a sua vida profissional.

Sobre a permanência do aluno em sala de aula, apresentamos como problema a pesquisa das causas da evasão escolar do Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente – IFMG, *campus* Governador Valadares/MG – 2010 a 2014. Para isto, o nosso objetivo principal é propor um Projeto de Intervenção e Nivelamento que contribua para minimizar e/ou conter a evasão dos alunos dos cursos noturnos oferecidos pelo IFMG-GV. E, como objetivos específicos, descreveremos o Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* de Governador Valadares, e a região em que está inserido, e analisaremos o Curso Noturno Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, junto com o perfil do aluno evadido.

A evasão escolar tem sido uma preocupação constante em todos os níveis de ensino. É preciso encontrar mecanismos que possibilitem ao aluno chegar ao final da jornada estudantil sem que haja abandono e/ou evasão. De acordo com alguns trabalhos consultados, o alto índice de evasão é justificado pela falta de apoio em casa, baixo nível de intelectualidade dos alunos e falta de orientação pedagógica.

Com a globalização, é necessário que as instituições de ensino estejam atentas e preparadas para acompanhar a dinâmica do mundo contemporâneo e as adaptações necessárias para contribuir na construção de uma forma de ensino mais dinâmica e inovadora, a fim de proporcionar melhores condições do processo ensino-aprendizagem, salvaguardando a evasão escolar. É necessário que, ao ingressar na escola, o aluno esteja motivado, que sejam estabelecidos laços de confiança, e que se proceda à reorganização dos

procedimentos didático-metodológicos e da utilização de recursos de ensino no processo de ensino/aprendizagem e que os encontros dentro da escola sejam produtivos, significativos e de interesse comum.

Os professores não podem ser os únicos responsáveis por essa questão, pois além de receberem turmas heterogêneas, há as questões burocráticas, que atrapalham a construção de uma política educacional mais humana; muitas vezes, os próprios legisladores, que trabalham a partir de normas pedagógicas, desconhecem os problemas que necessitam ser resolvidos de forma urgente.

Os institutos, assim como as universidades, não podem esquecer-se da questão profissional. Merece maior atenção o mercado de trabalho, as orientações sobre profissões, que despertem interesse nos alunos, além de contribuir para uma escolha profissional mais adequada. A dificuldade de adaptação e a falha na escolha profissional são fatores que também contribuem para que a decisão de se abandonar um curso seja tomada.

Sem dúvida há fatores dentro e fora das escolas que precisam ser pensados e repensados, os quais ora apontamos: repetência, orientação vocacional/profissional, mudança de curso, jubramento, desmotivação pessoal, mudança de endereço, problemas financeiros, horário de trabalho incompatível com o de estudos, falta de referencial na família, falta de perspectiva de trabalho, entre outros. Tudo isto atinge a questão de permanência ou não na escola e, nesse sentido, a responsabilidade é de todos. É ela que nos impulsiona a pensar no instituto como líder e tentar remover as dificuldades internas e/ou externas que aos alunos foram impostas.

Assim, para o futuro, com estudos e projetos mais modernos, trabalharemos na construção de novas tecnologias e alternativas de produtos e serviços estrategicamente favoráveis à geração de trabalho e emprego, com aumento da renda dos trabalhadores e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Desta forma, a evasão é um fator preocupante não só no ensino médio, mas também em todos os níveis de ensino tanto em instituições públicas quanto em particulares. Segundo a literatura, os motivos da evasão são os mais variados: vão desde a questão familiar, casamento, filhos, emprego, à exclusão que alguns autores já consideram como fator de evasão. São essas

informações que, por mais simples que pareçam, abrem novos caminhos para que outras, até então não observadas, possam fazer parte da investigação. Em pesquisas já publicadas, constam como motivos que caracterizam o turno noturno como um problema o índice de repetência e evasão. A repetência precisa ser revertida por meio de ações dentro da escola, responsabilizando todos os envolvidos, inclusive a família.

Os alunos do curso noturno são trabalhadores que precisam qualificar-se, porém, não têm tempo e não recebem estímulo. É aí que a responsabilidade do instituto precisa atuar para conservar esse indivíduo em seu quadro discente. Geralmente chegam ao instituto atrasados e cansados, além de se sentirem desconfortáveis em partilhar o mesmo ambiente de estudos com colegas muito mais jovens. Tais fatores começam a tomar rumos até então desconsiderados pela reflexão. A qualidade da escola, as condições salariais dos professores e a burocratização vêm interferindo na qualidade de ensino. Sendo assim, é vital que o projeto pedagógico seja revisto, uma vez que são alunos trabalhadores tentando conciliar o trabalho com o estudo em busca de uma vida mais digna e um futuro mais promissor.

É importante observar que os estudos sobre o tema vêm despertando preocupação e, com isto, abrindo espaço para uma reflexão sobre como manter o aluno na escola. A motivação maior deve estar no ambiente escolar e na orientação vocacional, uma vez que a escolha profissional é muitas vezes feita de forma errônea, baseada talvez no *status* da profissão.

Muitas escolas públicas possuem estrutura frágil, classes com grande número de alunos e sem muitas expectativas para o futuro. Mesmo com todas as dificuldades em sua organização e estrutura, o gestor pode tentar resolver essas questões na unidade a fim de proporcionar mais conforto à comunidade escolar. Para que isto aconteça é necessário que haja a confiança, a amizade e o incentivo desse gestor para que se promova a motivação necessária para melhor desempenho, inclusive na interação professor/aluno, tornando os cursos noturnos mais atraentes. Hoje, com a tecnologia e modernos recursos de ensino, somados ao dinamismo do professor, é de se esperar que o aluno permaneça na escola.

Assim, este trabalho tem por finalidade pesquisar a evasão escolar no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente –

IFMG, *campus* Governador Valadares/MG – 2010 a 2014. O método aplicado na pesquisa é o considerado por Rodrigues (2006, p. 49) como exploratório e tem três finalidades: a de desenvolver as hipóteses; aumentar a familiaridade do pesquisador com os regulamentos e técnicas utilizadas pelos agentes para discutir e apreciar o tema e, finalmente, a de corroborar com a realização de futuras pesquisas nessa seara, objetivando, cada vez mais, a clarificação do tema e proposição de ações que visem a minimizar as consequências da evasão escolar.

A pesquisa será realizada nos arquivos da instituição devido a grande dificuldade de se localizar os alunos evadidos e/ou desligados. Após a evasão, é difícil que o aluno retorne. Entendemos, assim, que os contatos telefônicos dos ex-alunos estejam desatualizados, assim como seus endereços físicos e de e-mail, entre outras informações, nos registros da diretoria de ensino. Embora tenhamos insistido na participação dos alunos, foram poucos os que conseguimos localizar e, prevendo uma amostra sem significância, resolvemos nos ater aos dados da secretaria do instituto.

Neles podemos verificar o número de alunos ingressos e o de evadidos e/ou desligados. São considerados desligados aqueles que não renovaram matrícula, os que estejam sofrendo algum processo disciplinar ou que tenham solicitado desligamento.

Este estudo possibilita uma compreensão genérica sobre a temática e apresenta ações que poderão minimizar os impactos da evasão no referido curso. Posteriormente, apresentaremos um Projeto de Intervenção e Nivelamento que envolve toda a comunidade escolar a fim de sanar e/ou conter o fenômeno. É de se destacar que há necessidade de se focar na questão da evasão/abandono porque a defasagem também acarreta a má operacionalização dos gastos públicos destinados à formação/qualificação dos estudantes.

1. O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES/MG

Governador Valadares é um município situado no interior do Estado de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, a leste do Estado, com área física de 2.342,319quilômetros e população de 276.995 pessoas, somadas as das zonas rural e urbana¹. Em conformidade com o Censo de 2010, é o nono município mais populoso do Estado. A maior parte de seu território está localizada à margem esquerda do Rio Doce e é atendida pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, pela rodovia Rio Bahia e pela BR-381.

Seu desbravamento teve início em 1573, quando surgiram as primeiras informações de que a região era rica em ouro e pedras preciosas. Os pioneiros tiveram dificuldades em se estabelecer por causa da irregularidade do relevo e pela presença da tribo indígena dos Botocudos, que eram considerados ferozes. Um dos primeiros povoados da região foi São Miguel das Almas de Guanhões. Aos poucos, foram surgindo novos povoados: Ferros, Conceição do Mato Dentro, Paulista, Peçanha – à época, todos subordinados a Governador Valadares.

A via fluvial permitia atividades de porto entre Aimorés e Naque, além da ligação com o Estado do Espírito Santo. Em 15 de agosto de 1910 foram inauguradas a estação ferroviária de Governador Valadares e a Estrada de Ferro Vitória-Minas. Em seguida, com a construção da rodovia Figueira do Rio Doce, ficou fácil o escoamento de produtos dos municípios vizinhos e de outras regiões próximas, e estabeleceu conexão entre Valadares e grandes centros consumidores.

Em 30 de janeiro de 1938, com o Decreto-Lei Estadual nº 148, ocorreu a emancipação política de Valadares, que passou a ser formada pelos distritos de Governador Valadares (sede), Brejaubinha, Xonin, Naque, Alto de Santa Helena, Baguari, Nova Brasília, Santo Antônio do Porto, Pontal, Derribadinha, Penha do Cassiano, São José das Tronqueiras e São Vítor.

A partir de 1970, com o crescimento demográfico da região, começam a surgir novas aspirações e tensões provocadas pelo crescimento populacional,

¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://censo2010.ibge.gov.br/pt/sobre-censo>. Acesso em junho de 2015.

acarretando a necessidade de expandir os setores econômicos e de turismo². A este desenvolvimento e com a criação da microrregião de Valadares, foram agregados os municípios de Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galileia, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, São José da Safira, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia.

De acordo com Siman (2008, p. 250), durante o período da Nova República, a alta inflação fez crescer os salários. A queda do Plano Cruzado fez surgir o então chamado Plano Cruzado II. Em função da queda da balança comercial e o baixo nível das reservas, o governo decreta moratória. E foi aí, diante deste cenário devastador, que os habitantes optaram por emigrar para o exterior numa tentativa de manutenção e melhores condições de vida para a família.

Com a crise do desemprego teve início o processo migratório que, de acordo com o Censo de 2000, foi o período de maior percentual de valadarenses a emigrar para os Estados Unidos. Essa saída trouxe recursos para o município, fazendo com que a construção civil gerasse empregos para trabalhadores mesmo sem a qualificação adequada ao tipo de serviço. Os emigrantes enviavam valores em dólar que seriam para o consumo da família, aquisição de bens e investimentos aplicados na compra de imóveis. Infelizmente, muitos desses empreendimentos não deram certo.

Segundo Siqueira (2009), o fluxo migratório ainda perdura apesar da crise no mercado imobiliário americano que atingiu os emigrantes que também investiram em imóveis nos EUA. Ao perceberem a possibilidade de fixar residência naquele país, compraram imóveis e tiveram de adiar o retorno ao Brasil. Diante disto e com aumento da taxa de juros, muitos não conseguiram manter o compromisso com suas prestações mensais e tiveram de devolver o

²Atrações: Pico da Ibituruna, com 1.123 metros de altitude, um dos pontos mais altos do Vale do Rio Doce e que tem sediado competições do Campeonato Brasileiro e do Campeonato Internacional de Voo Livre.

imóvel às financiadoras (sem falar do prejuízo financeiro). O impacto foi grande e muitos retornaram sem dinheiro.

Como iniciativa do Núcleo das Relações Internacionais visando à integração de Governador Valadares e demais municípios nacionais e estrangeiros foram criadas as chamadas cidades irmãs e firmados convênios de cooperação com as cidades de Framingham, Massachusetts, Everett, Newark e New Jersey, nos Estados Unidos, com o objetivo de assegurar a relação de fraternidade entre os povos. Assim, podemos dizer que Valadares é conhecida como o berço dos imigrantes que partiram para países mais desenvolvidos, entre eles os Estados Unidos da América, em busca de qualidade de vida e fugindo da falta de emprego no Brasil.

Nas décadas de 1930 e 1940, Governador Valadares vivenciou o ciclo da mica, da madeira e da pecuária. A mica explorada por empresas norte-americanas alimentou a indústria bélica da Segunda Guerra Mundial e também foi utilizada na fabricação de materiais elétricos e instrumentos de precisão.

E ainda:

O ciclo da extração da madeira, 1950 a 1960, arrasou o solo e, devido a isto, serviu para pasto, pois muito raro se conseguia plantar alguma coisa devido à erosão. O ciclo da pecuária não foi suficiente para absorção da mão de obra que ficou do ciclo da madeira. Com isso, houve uma paralização econômica que se complicou na década de 1980, considerada a “Década Perdida.” (SALES, 1997, p.31).

Após atravessar fases de estabilidade e turbulência econômica, Valadares apresenta forte vocação para a agropecuária, turismo e educação, e surge com renovada identidade social – o que antes era crise torna-se promessa de desenvolvimento.

Conforme informações do último Censo (IBGE/2010) e do censo escolar do Ministério da Educação (MEC) traçou-se um panorama do desenvolvimento econômico, da educação básica, do ensino médio e do ensino fundamental em Minas Gerais. Esses estudos permitiram avaliar o avanço ocorrido na economia local e na educação, detectando problemas que, ao serem estudados e avaliados, foram de grande auxílio na formação de políticas públicas de administração e de ensino. Por votação popular, foram considerados prioritários: educação, sustentabilidade, qualidade de vida, meio ambiente e preservação, cultura, turismo, infraestrutura, agronegócio, indústria, ecologia,

consciência ambiental e universidade. E é nesse contexto que a educação profissional deverá desempenhar seu papel primordial no processo de desenvolvimento da micro e macrorregião de Governador Valadares e Vale do Rio Doce.

Tornam-se necessários projetos e planejamento para a construção de unidades escolares de ensino público e de qualidade, com cursos técnicos para formação inicial e também cursos de especialização para formação dos profissionais da região, cujo ensino deverá estar voltado para conhecimentos que atendam às necessidades da região em conjunto com os arranjos produtivos locais³. Com base nessas necessidades, o Instituto Federal de Minas Gerais já oferece cursos técnicos e tecnológicos que permitirão o crescimento da região, tornando possível a qualificação dos jovens e adultos com mão de obra de qualidade e dentro dos padrões exigidos de desenvolvimento e segurança.

1.1 Diálogo: Educação e Desenvolvimento Regional

Os dados socioeconômicos da região mostram a importância de uma instituição federal de ensino, principalmente por ter como foco a educação técnica e tecnológica, partindo-se da premissa de que o instituto gere conhecimento para atender às necessidades e demandas locais e regionais, principalmente no que diz respeito à preparação de mão de obra qualificada e posterior melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com Sistema e-MEC/2015, Governador Valadares possui hoje 19 Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos presenciais e a distância. Há ainda o Polo da Universidade Aberta do Brasil, com cursos nas modalidades semipresencial e a distância, oferecidos pela Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Ouro Preto e a Universidade Federal de Lavras. Esse conjunto de instituições de ensino oferece cursos

³ Arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

superiores nas diversas áreas, sendo alguns deles ofertados em várias instituições ao mesmo tempo e, dentre elas, o Instituto Federal de Minas Gerais.

Por ser grande a oferta de cursos em escolas públicas e particulares de primeiro e segundo graus, o Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares, tem investido em uma divulgação constante de seus cursos, assim como tem se preparado para uma melhoria no ensino, organizando concursos e buscando professores gabaritados e capazes de fornecer aos alunos um ensino de qualidade para que, num futuro próximo, possa vir a aumentar o número de cursos técnicos e superiores.

Quanto ao ensino básico, e por meio de informações obtidas diretamente na Secretaria Municipal de Educação, fomos informados de que em 2013, a rede municipal de ensino contava com 48 escolas e instituições conveniadas para educação infantil. Contava nessa época com 21.925 alunos e 2.078 professores. A Secretaria de Estado da Educação não se manifestou com relação ao número de escolas, alunos e professores solicitados.

Pela situação socioeconômica e educacional do local onde a instituição foi instalada, está clara a necessidade de uma política contínua de expansão para prosseguir o atendimento da demanda regional. É preciso conhecer e identificar as potencialidades e estratégias mais adequadas de inserção do instituto em um cenário de oferta de cursos superiores e técnicos já estabelecidos no município. Ou seja, é necessário identificar as áreas para oferta de cursos técnicos, tecnológicos e superiores que possibilitem ao indivíduo emprego com mão de obra qualificada, salário melhor e qualidade de vida aos seus usuários.

Na medida em que o processo de hominização se completa e se inicia o processo de humanização, o ser humano passa a se apresentar como um ser aberto e inconcluso. É o único ser deste planeta que não recebe a vida pronta e acabada, diferentemente dos demais seres. Este recebe uma mera possibilidade de existir. Sua grande tarefa será a sua própria construção, a sua própria fabricação (JOHANN, 2009, p. 19).

São necessários projetos e planejamento para construção de novas unidades escolares de ensino público e de qualidade, com cursos técnicos para formação inicial, como também cursos de especialização para formação dos

profissionais da região. E é nesse contexto que o Instituto Federal de Minas Gerais oferece cursos técnicos e tecnológicos que permitem o crescimento regional, tornando possível a formação dos jovens e adultos, com mão de obra de qualidade nos padrões exigidos de desenvolvimento e segurança, formados pelo IFMG-GV.

2. INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, *CAMPUS* GOVERNADOR VALADARES

A educação superior passou por uma reforma iniciada a partir do Decreto de 20 de outubro de 2003, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração dos Centros Federais de Educação de Ouro Preto e Bambuí e da Escola Agrotécnica de São João Evangelista, e teve sua reitoria instalada na capital de Minas Gerais. Conforme o art. 6º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais possuem as seguintes finalidades e características:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Pelo plano de expansão da educação profissional foram criados *campi* nos municípios de Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ribeirão das Neves e Sabará, além das unidades conveniadas em João Monlevade, Pompeu, Piumhi e Oliveira.

No dia 9 de outubro de 2009 foi lançada a pedra fundamental do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) em Governador Valadares, sendo a primeira instituição de ensino pública federal instalada na cidade. O seu principal objetivo é o de atender a uma demanda regional do Médio Rio Doce com oferecimento de dois cursos superiores: um de Tecnólogo em Meio Ambiente e o outro de Engenharia de Produção. Os dois cursos técnicos oferecidos são: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Segurança do Trabalho (ambos integrados) e Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subseqüente.

Assim, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou os Centros Federais de Educação de Ouro Preto, de Bambuí e da Escola Agrotécnica de São João Evangelista, e cuja reitoria foi instalada na capital de Minas Gerais. Surgiu a concepção de uma nova política democratizada de acesso ao ensino superior que resultou na criação da educação profissional e a elevação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) à categoria de Instituições Federais de Ensino Superior.

A função do instituto é formar indivíduos voltados para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; constituir-se como um centro de excelência no ensino, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento intelectual de seus alunos; assim como desenvolver projetos de extensão científica e tecnológica, promovendo a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologia social voltada à preservação do meio ambiente.

Sua meta é atingir a educação profissional técnica de nível médio nas formas integradas, ministrar cursos de formação continuada para trabalhadores cujo objetivo é a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização dos

profissionais e a prática de atividades de extensão de acordo com as necessidades técnicas e tecnológicas voltadas para o mundo profissional.

Além dessas metas, serão ministrados cursos de nível superior visando à formação para diferentes setores, assim como programas especiais com vistas à formação de professores de educação básica, cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* voltados para a educação e inovação tecnológica. Existe também a proposta que visa à qualidade de vida dos estudantes das diversas áreas do *campus*, uma vez que, pelo plano de expansão, pretende-se construir alojamentos, ginásio coberto para práticas desportivas e incrementar o atendimento à saúde dos alunos, assim como atendimento psicólogo e de assistência social, já em funcionamento. As perspectivas futuras são as mais variadas e este é o momento de construir e executar projetos que venham a consolidar o ensino de qualidade e que atendam às necessidades da região.

O IFMG-GV instalou-se na região, que, apesar de rica em agropecuária e pedras preciosas, é carente de empregos. É nesse sentido que o instituto tem a responsabilidade de oferecer cursos profissionalizantes e tecnológicos em áreas diversificadas a fim de atender a população local e regional dando a todos a oportunidade de uma melhor qualidade de vida. Também inicia os alunos na pesquisa, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico, e na extensão, buscando uma aproximação entre estudantes e sociedade, numa busca constante de aprendizado e prestação de serviços.

A perspectiva futura é a de acompanhar a implantação de novas tecnologias e alternativas de produtos e serviços estrategicamente favoráveis à geração de trabalho e melhoria das condições de vida, com aumento da renda do trabalhador, consequentemente colaborando com o desenvolvimento e a inclusão social; e, ainda, a elaboração e realização de projetos tendo como alvo principal a sociedade local e regional, cuja participação tem sido relevante. Por esses e outros motivos, torna-se necessário aprimorar os instrumentos de comunicação, bem como buscar alternativas e modernização neste momento em que o instituto se encontra em fase de crescimento, inovando no ensino e na comunicação social dentro e fora do instituto, fortalecendo e realizando um conagraçamento com a comunidade local, buscando, com isto, o melhor para a região.

2.1 Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente

Considerando as adversidades do mundo atual, com contradições e divergências, o ensino hoje deve estar direcionado para o futuro, pois as oportunidades têm nos mostrado o processo evolutivo da globalização, marcado pela velocidade e inovação. Assim, a educação precisa ser ágil e acompanhar o alucinado desenvolvimento para motivar os alunos a se manter nas instituições de ensino. Desta maneira, é necessário que orientemos os jovens para que possam entrar no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, com exigências de mão de obra qualificada, e cujos interesses estão totalmente voltados para o intelectual e o criativo. Seria praticamente uma educação em busca de novas ideias para que problemas sejam resolvidos nas empresas. A criatividade e a inovação são hoje de suma importância para a competitividade.

Nesse contexto, tem início o planejamento para a construção e instalação de unidades que ofereçam cursos técnicos de nível médio e de educação tecnológica para formação inicial e também cursos de especialização para formação continuada dos profissionais, que deverão levar em conta as demandas prioritárias para formação e capacitação voltadas para as áreas do conhecimento que atendam às necessidades imediatas da região, em consonância com os arranjos produtivos locais.

Assim, foram apresentadas condições para a aprovação do Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, considerado estratégico para o início e implantação da educação federal, pública e gratuita em Valadares. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, a função do instituto será a de:

[...] formar e qualificar profissionais de nível técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação nas diferentes modalidades, em qualquer área dos vários segmentos e setores da economia, em estreita articulação com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho (PPC, 2014, p.9).

A missão do Instituto Federal de Minas Gerais é a educação, a qualificação das pessoas para que se tornem cidadãos críticos, criativos e responsáveis, além de capacitados de forma a atuar na transformação da sociedade e da região, contribuindo com a modificação do atual cenário, marcado pela desigualdade social. Também é missão do instituto, consolidar-se como instituição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, comprometida com a ética, com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Assim, o Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente e demais ofertados pelo *campus* de Governador Valadares, contribuirão com a formação dos discentes de forma a transformá-los em profissionais éticos, que deverão aplicar à sociedade local e regional os conhecimentos adquiridos durante o curso, demonstrando, dessa forma, o seu comprometimento. Os técnicos formados no Eixo Tecnológico de Segurança deverão possuir competências éticas, legais e técnicas; deverão ser dotados de raciocínio lógico, inteligência social, capacidade de diálogo, tolerância e atuação em equipes multi e interdisciplinares. Deverão ainda conhecer a legislação nacional e internacional sobre os direitos humanos e cidadania, primando pela dignidade da pessoa.

Ainda de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Subsequente de Segurança do Trabalho (2014, p. 10-11),

[...] a metodologia para a formação de técnicos, com o perfil definido nesse projeto, precisou utilizar de estratégias e procedimentos que contribuíram para que os alunos valorizem o conhecimento, os bens culturais, o trabalho, e tivessem acesso a eles com autonomia; além disso, procurou-se desenvolver habilidades mentais tais como: investigar, questionar e pesquisar, construir hipóteses, compreender, raciocinar logicamente, comparar, estabelecer relações, inferir e generalizar; adquiram confiança na própria capacidade de pensar e encontrar soluções; aprendam a relativizar, confrontar e respeitar diferentes pontos de vista, discutir divergências, exercitar o pensamento crítico e reflexivo, comprometer-se, assumir responsabilidades; que aprendessem a ler criticamente diferentes tipos de textos, utilizar diferentes recursos tecnológicos, expressar-se e comunicar-se em várias linguagens, opinar, enfrentar desafios, criar, agir de forma autônoma; aprendam a diferenciar o espaço público do espaço privado, ser solidários, cooperativos, conviver com a diversidade, repudiar qualquer tipo de discriminação e injustiça; desenvolvam competências e habilidades que contribuam para a construção da autonomia em sua formação permanente.

A habilitação do Técnico de Segurança do Trabalho atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), no Decreto Federal nº 5.154/04 e nas demais normas do sistema de ensino. Atende, também, às exigências da Lei Federal nº 7.410/85, que dispõe sobre a profissão de Engenheiros e Arquitetos especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho e de Técnicos de Segurança do Trabalho e do Decreto Federal nº 92.530/86, que regulamenta tal lei; da Portaria nº 3.275/89, que definiu as atribuições desse técnico; da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e sua Norma Regulamentadora – NR 4, que definiu as atribuições dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Para ingresso no mercado de trabalho, o profissional deverá ter frequentado um curso de formação em Técnico de Segurança do Trabalho, que esteja de acordo com a Resolução CNE/CEB 06/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio) e, no caso do curso oferecido pelo Campus de Governador Valadares, o mesmo deve possuir Projeto Político Pedagógico (PPC), conforme documento da Pró-reitoria de Ensino (PROEN) contendo as "Orientações para Elaboração e Atualização de PPCs de Cursos Técnicos". Além disso, o profissional está sujeito ao registro prévio na Delegacia Regional do Trabalho – DRT, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Saúde e a Segurança do Trabalho caracterizam-se pela adoção de estratégias que levam os trabalhadores a desenvolver atitudes conscientes para o trabalho seguro durante a realização de suas atribuições. Visa ainda, implantar preceitos e valores de segurança, no esforço de integrá-los à qualidade do trabalho e do meio ambiente, à produção e ao controle de custos das empresas.

Os serviços de saúde e segurança do trabalho das organizações exigem a formação de profissionais adequadamente preparados para a busca da qualidade, pressupondo a melhoria das condições dos ambientes de trabalho para redução dos níveis de risco, refletindo no aumento da produtividade e na competitividade das empresas. Neste sentido a função desse profissional rompe com o estigma da obrigatoriedade da contratação, passando a agregar valor à produção de bens e serviços. O profissional técnico em segurança do trabalho atua em empresas públicas e privadas ou em órgãos oficiais, como integrante dos serviços especializados regidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente deverá formar um profissional com uma sólida formação científica, técnica e profissional que o capacite a planejar, administrar e executar atividades preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e controle de riscos ambientais, de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho.

Para a formação desses profissionais é necessário que seja definido o perfil do indivíduo, para que este valorize o conhecimento, os bens culturais, o trabalho e tenha acesso a eles com autonomia. É importante a contribuição do alunado nas investigações para que saibam trabalhar com a pesquisa, compreendendo, raciocinando, comparando e estabelecendo relações. É

fundamental confiar no seu trabalho, procurar soluções, aprender a respeitar pontos de vista diferentes dos seus e saber trabalhar o pensamento crítico e reflexivo, assumindo responsabilidades fazendo uso dos diferentes recursos tecnológicos, assim como saber opinar, enfrentar desafios, usando da autonomia que lhe é conferida. Diferenciar o espaço público do espaço privado e ser solidário para que possa conviver com a diversidade, repudiando todo tipo de discriminação e injustiça.

A saúde e a segurança do trabalho caracterizam-se pela adoção de estratégias que levam os trabalhadores a desenvolver atitudes conscientes para o desempenho seguro durante a realização de suas atribuições, visando ainda a implantar preceitos e valores de segurança no esforço de integrá-los à qualidade do trabalho e do meio ambiente, à produção e ao controle de custos das empresas.

As organizações hoje exigem mão de obra qualificada, que busca a qualidade, a melhoria das condições de trabalho, com a redução dos níveis de acidentes, gerando confiabilidade, cujo resultado final reflete no aumento da produtividade, agregado aos valores da produção de bens e serviços. O profissional técnico em segurança do trabalho atua em todas as áreas em que são executados serviços que exigem constante vigilância e prevenção de acidentes, sendo regidos pelas Normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

O profissional dessa área precisa compreender os conceitos centrais envolvidos na sua prática profissional e suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, culturais, políticas, antropológicas, psicológicas, sociológicas. Deve saber detectar os problemas do ambiente de trabalho e buscar soluções, investigando e compreendendo o problema de forma a tomar decisões quando for o caso. Precisa saber identificar e explicar a dimensão da segurança do trabalhador presente nas diversas manifestações do conhecimento, planejando e analisando o ambiente de trabalho visando à prevenção de riscos e zelando pela preservação da segurança e saúde do trabalhador. Procura desenvolver atividades educativas e preventivas, assim como orientações sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, executar Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e assessorar sempre que se tratar de assuntos sobre segurança do trabalho.

É função do técnico em segurança reconhecer os limites da sua prática profissional e procurar o aprimoramento por meio de cursos de capacitação para que enriqueçam ainda mais seu conhecimento, assim como emitir pareceres técnicos sobre riscos no ambiente de trabalho de forma a orientar o empregador, trabalhadores e gerentes sobre prevenção e formas de neutralizar riscos no trabalho, executando procedimentos de segurança, evitando, dessa forma, os possíveis acidentes.

Não podemos nos esquecer de que o Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente pretende formar profissionais que trabalhem na prevenção de doenças do trabalho, que executem atividades de higiene e, com isso, instaurem melhorias nas condições do ambiente de trabalho que possam vir a atender às demandas por meio de um planejamento de medidas preventivas. A proposta IFMG-GV é de que, ao concluírem seu curso, os profissionais possam auxiliar na formação e formulação de uma política de segurança, do meio ambiente e da saúde, para que venham a colaborar na forma preventiva dos riscos, contribuindo para redução de acidentes e, conseqüentemente, para uma melhor qualidade de vida, neutralizando os riscos associados ao trabalho, possibilitando o aumento na produtividade e promovendo o bem-estar dos trabalhadores. Assim, o objetivo do Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente é a formação do indivíduo que atenda às necessidades do mercado local e também da região.

Todos esses esforços enaltecem a imagem da empresa perante a sociedade, pois hoje o mercado, competitivo em todos os setores, tem procurado parceiros com qualidade na gestão de segurança e saúde do trabalhador, evitando perdas geradas por acidentes, e que atuem em situações trabalhistas que venham a causar danos à natureza.

Paralelamente ao curso foi criado o Colegiado para que se tivesse o apoio administrativo e acadêmico das políticas do Instituto Federal de Minas Gerais. Compete ao Colegiado a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso/PPC em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Projeto Político-Pedagógico Institucional, bem como submetê-lo às demais instâncias, assim como assessorar na coordenação e supervisão do seu bom funcionamento,

estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos alunos e promover continuamente a melhoria do curso para o seu bom andamento.

Também é de vital importância

[...] promover continuamente a melhoria do curso, especialmente em razão dos processos de autoavaliação e de avaliação externa; fixar a sequência recomendável das disciplinas e os pré-requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso; emitir parecer sobre assuntos de interesse do curso e propor normas relativas ao funcionamento do curso para deliberação da Direção de Ensino do campus [...] (PPC, 2014, p. 23).

Com relação à organização curricular e de acordo com as Normas do Catálogo Nacional de cursos técnicos, a carga horária do curso em questão, modalidade subsequente, é de 1.200 horas. A organização curricular foi concebida com base nos objetivos, considerando-se as competências a serem desenvolvidas pelo técnico de segurança do trabalho, que dispõe de uma carga horária, de 1.560 horas, sendo 1.440 horas-aula (h/a) para as disciplinas técnicas, com 120 horas-aula para o Estágio Supervisionado não obrigatório.

As disciplinas abordam conteúdos teóricos, práticos e críticos, priorizando uma abordagem geral, de forma a desenvolver o espírito crítico diante da realidade. Seu conteúdo estará voltado para a aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão e a formação específica referente ao Diagnóstico e Avaliação da Saúde Ocupacional. Uma profunda reflexão sobre a capacitação profissional, com organização de seminários e atividades acadêmicas complementares, científicas e culturais. Para concluir o curso, o aluno deverá cursar três módulos, sendo o primeiro com sete disciplinas e carga horária de 480 h/a; o segundo, oito disciplinas com 480 h/a; e, o terceiro, com quatro disciplinas e uma carga horária de 80 h/a. A responsabilidade pela atualização dos planos de ensino está a cargo dos professores, atualização e/ou alteração curricular, assim como a definição dos pré-requisitos, deverá ser analisada e aprovada pelo Colegiado de Curso. Os laboratórios são um atrativo para essa nova geração de estudantes, uma vez que ali serão realizadas as aulas práticas para conhecimento e aprimoramento no uso de aparelhos, incentivando-os na participação de seminários, visitas técnicas etc.

A grade curricular foi adaptada de forma que se reduza a carga horária do curso em uma hora/aula sem o comprometimento da abordagem conceitual, visando à participação do aluno em pesquisa e/ou extensão, assim como a sua participação em atividades extracurriculares para aperfeiçoamento. Foi reformulada e adotada nova matriz para quem ingressou em 2014, sendo que os estudantes de 1º e 2º períodos receberam uma matriz de transição que, ao final dessas turmas, automaticamente, estarão extintas. Assim, a duração do curso passou de dois anos para um ano e meio para agilizar o seu término.

Autores como Batista (2007, p. 48), acreditam na reformulação dos currículos:

Pensar e repensar novos currículos implica em transformar as escolas, suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas (não esquecendo retenção e evasão como exclusão social) em escolas que possam adequar as crianças e os jovens, abrindo possibilidades para acompanhar as exigências de uma sociedade altamente competitiva, desigual e qualificada.

Em consonância com a necessidade de mudanças e adaptações, o IFMG-GV vem se adequando de forma gradativa, objetiva e segura, buscando oferecer ensino de qualidade aos seus alunos.

2.2 Evasão Escolar Contextualizada

Por ser um grave problema na educação brasileira, que atinge todos os níveis escolares, o termo *evasão* é usado num contexto amplo e com significados diferentes. Essas variações confundem a quantificação dos casos e dificultam o estabelecimento (para o termo) de um sentido claro e real para que venha a influenciar no processo de combate ao problema.

Na educação básica, entendemos por *evasão* aqueles casos em que os alunos deixam de frequentar as aulas. Para algumas instituições de ensino superior, esse abandono da sala de aula não é considerado quando o aluno pede reopção para outro curso. O problema é que as vagas deixadas no curso de origem causam prejuízos tanto para a instituição quanto para o aluno e a sociedade.

É por esse motivo que as diferentes formas de se definir a *evasão* não nos permitem qualificar, de forma concreta, os casos de *evasão*, com o

prejuízo de não se poder estudar suas causas em busca de alternativas para que se possa superar o problema. Caso consigamos compreender as diversas concepções sobre o assunto, poderemos oferecer algum auxílio no entendimento de ações tanto institucionais quanto do governo, que, até o momento, pouco contribuiu para impedir a saída do estudante da escola e/ou da faculdade.

É preciso que se observe a adaptação do aluno às novas atividades escolares, pois se inicia uma nova etapa, com novo estilo e método de ensino. Com o tempo é necessário conferir se esses alunos estão realmente frequentes ou ausentes, ou se há alunos que faltaram e/ou sequer compareceram à escola. A evasão dos estudantes das salas de aula é preocupante no meio docente e gestor das instituições, uma vez que são eles os responsáveis pelas políticas públicas. Os alunos que abandonam as salas num semestre e retornam no seguinte vêm aumentar o índice preocupante da distorção entre idade e série. São inúmeros os motivos que levam o abandono escolar: a necessidade de trabalho, como conciliar trabalho e estudos, falta de interesse do aluno, dificuldade de aprendizado, problemas com transporte e/ou locomoção, família e outros. Tratando-se do curso ora pesquisado, a maioria dos alunos reside em bairros periféricos e tem de baixa renda. São necessárias ações do poder público para que tais fatores possam ser amenizados, sendo que alguns desses problemas poderão ser solucionados ao longo do ano pelos gestores e suas equipes. Por esse motivo, é fundamental o acompanhamento da presença do aluno na escola para que se tenha qualidade, organização na formação das salas e para que se adquiram elementos satisfatórios para o processo de ensino e aprendizagem sem que haja o abandono escolar.

Não podemos nos esquecer do impacto causado pela evasão num orçamento, já que a distribuição orçamentária do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é feita de acordo com o número de alunos matriculados e frequentes nas escolas. É por esse motivo que o controle de frequência se faz necessário, pois vem gerar benefícios além dos recursos financeiros às redes de ensino, pois o compartilhamento dos dados da evasão e abandono com outras unidades possibilitam um trabalho em conjunto para, quem sabe, minimizar o efeito desastroso da evasão.

A evasão escolar é um problema antigo na educação e Patto (1996, p. 63) afirma que a “[...] reprovação e evasão são fenômenos antigos e persistem desde a década de trinta, sendo uma das mais graves consequências da falta de uma política educacional eficiente no país”.

Nagle (1996) aponta que no cotidiano escolar criticam entre si o que creem propiciar aprendizagem e conhecimento todos julgam e que se transformem em meios para a conduta social – as atitudes – do aluno em relação a si mesmo. Se um novo modelo pedagógico surge e tantas são as formas de ensinar e aprender, e se batemos na tecla da incapacidade do aluno e sua consequente evasão, isso sim pode marcar de forma trágica a sua vida estudantil, influenciando negativamente a percepção dos pais sobre os filhos.

Também existe a percepção referente aos professores, que apontam a falta de significado da escola para o aluno, retirando-o do foco principal como responsável pela sua própria expulsão do sistema escolar. E, diante de tudo isso, é possível repensar a educação, uma vez que se pode notar a falta da qualidade no ensino e a necessidade da participação da família dentro da escola. Cunha (2008) enfatiza que o professor deve procurar conhecer o seu aluno de forma particular para que possa facilitar de forma significativa o seu aprendizado.

De acordo com Santos (2015, p. 33), para reter o aluno é necessário compreender quais são os possíveis fatores que o levam a evadir.

A maior dificuldade em propor ações que venham a amenizar os indicadores da evasão refere-se à falta de conhecimento sobre os motivos que impulsionam o estudante a deixar uma instituição de ensino sem concluir o curso matriculado. Determinar essas causas não é uma tarefa fácil, haja vista, a vasta gama de motivos que podem ocasionar que um estudante abandone uma instituição de ensino, muitas dessas causas estão relacionadas com motivos pessoais, sociais ou culturais do cotidiano do estudante, o que torna a identificação mais complexa ainda.

Assim, relacionamos nesta pesquisa os motivos que levam os estudantes do Curso Noturno Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente a evadir da escola. A Tabela1 apresenta, de forma clara, as principais causas da evasão registradas pela Secretaria da instituição.

Quadro 1 – Evasão escolar

Semestre Letivo	2010.1	2011.1	2012.1	2013.1	2014.1
Matriculados	40	41	40	32	28
Desligados	8	21	22	21	7
Evadidos	21	11	4	2	3
Formados	10	9	10	9	11
Alunos com Matrículas Ativas	1	0	4	0	7

Fonte: SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (base de dados do IFMG - Campus Governador Valadares)

Pelo que observamos, o número de entrada dos alunos nos anos de 2010, 2011 e 2012 foi bem significativo, com 2013 e 2014 apresentando menor número. Há ainda, no período de 2010 até 2014, 12 alunos com matrículas ativas, ou seja, ainda com prazo para sua conclusão. Um aluno com pedido de recurso em função de doença grave permanece, até o presente momento, renovando sua matrícula para não perder o curso. Os outros, por causa da alteração da carga horária e período de encerramento do curso, que antes era de dois anos, com carga horária de 1.424 h/a; hoje, com reforma no PPC, o curso passou para um ano e meio, com uma carga horária 1.200 horas, sem prejuízo de conteúdo para o aluno. Essa medida foi tomada visando a incentivar a participação dos discentes nos projetos de pesquisa e extensão, e também em atividades extracurriculares, na intenção de mantê-los no curso. Os motivos não são mostrados em detalhes e sim em números computados conforme informação no Sistema Nacional de Informação Profissional e Tecnológica (SISTEC), base de Dados do IFMG-GV. Também observamos que neste período, de 2010 a 2014, foram desligados 79 alunos, sendo que, em 2014, foi o menor número registrado de alunos desligados e matriculados.

2.3 Possíveis Causas da Evasão Escolar

Considerando-se as causas desse fenômeno, preocupamo-nos em detectar e conceituar isoladamente a evasão escolar, pautando-nos em autores como Batista (2007, p. 48), que acreditam que a evasão seja o mesmo que exclusão:

Pensar e repensar novos currículos implica em transformar as escolas, suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas (não esquecendo retenção e evasão como exclusão social) em escolas que possam adequar as crianças e os jovens, abrindo possibilidades para acompanhar as exigências de uma sociedade altamente competitiva, desigual e qualificada.

Repetência

Há evidências de que, após a reprovação em uma ou mais disciplinas, os alunos tornam-se mais propensos a desistir de seus cursos. Fregoneis (2002) buscou, por meio de pesquisa quantitativa envolvendo alunos ingressantes, conhecer os problemas inerentes à repetência, ao represamento nas disciplinas e à evasão. Em seu estudo conclui que a reprovação nas disciplinas consideradas difíceis tem influência na decisão de se continuar ou não os estudos e que os critérios de avaliação adotados pela instituição contribuíam para que o aluno desistisse.

Além disso, muitos desistem por causa da reprovação sucessiva em disciplinas consideradas difíceis, principalmente no início do curso. Conforme Sganzerla (2001, p. 97), a repetência está relacionada à dificuldade de aprendizagem dos universitários e pouca adoção de hábitos de estudo. Segundo esse autor, "[...] a aventura intelectual dos estudantes na instituição contribui em boa parte para integração ou demissão acadêmica".

Orientação vocacional/profissional

A falta de informações a respeito do curso e da futura profissão constitui importantes fatores que contribuem para a evasão escolar. Ao perceberem que agiram movidos por expectativas infundadas a respeito da instituição ou da profissão escolhida, decepcionam-se com o curso e com a instituição e passam a considerar a possibilidade de desistência.

Andriola (2003) alerta que o adolescente precisa conhecer as próprias habilidades, considerar e avaliar as sugestões familiares e reconhecer as implicações decorrentes da profissão escolhida, além do mercado de trabalho, e, para isso, ele precisa de orientação vocacional adequada. O autor alerta que o adolescente precisa conhecer as próprias habilidades necessárias ao bom desenvolvimento acadêmico e profissional, considerar a possibilidade de ingressar em cursos condizentes com o seu perfil de habilidades e preferências, além de avaliar as sugestões oferecidas por profissionais da área.

Mudança de curso

Há estudos que chamam a atenção para o significativo número de alunos que mudam de curso na mesma instituição ou cancelam a matrícula por terem sido aprovados em outra, assim como sobre os prejuízos decorrentes de tal decisão. Paredes (1994, p. 18) enfatiza que o número de desistências nos cursos é muito maior do que a percepção que se tem delas. O fenômeno é subestimado no que se refere ao rendimento dos cursos de cada instituição e superestimado quando a evasão é vista como abandono definitivo da formação.

Jubilamento

Refere-se ao desligamento do aluno pela instituição. Esse desligamento ocorre caso o aluno não conclua o seu curso no prazo máximo de integralização estabelecido por legislação específica de cada instituição. Nesse contexto, há uma perda de motivação do aluno em retornar ao curso e concluir sua formação. Esse processo pode implicar desistência permanente do aluno em reingressar no mesmo curso ou em outro, seja na mesma Instituição ou em outra.

Incompatibilidade de horário de trabalho

A dificuldade de se conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de se abandonar a instituição. Quando

as obrigações profissionais entram em conflito com os compromissos estudantis, são estes, na maioria das vezes, os adiados. Esse aspecto se agrava em situações em que o próprio aluno é responsável por sua manutenção financeira e por obrigações familiares.

Jacob (2000) tratou da evasão escolar por meio de estudo de caso e concluiu que as principais causas da evasão são as relacionadas às condições financeiras dos estudantes, à dificuldade de conciliar o horário de trabalho com o de estudo, à ausência de vantagem imediata com a titulação, aos problemas familiares e à monotonia do curso.

Desmotivação

Ao ingressar em determinado curso, o aluno é motivado, entre outras razões, pela expectativa de melhores condições de vida e de realização profissional. Porém, a aprovação e a matrícula não garante que a motivação permaneça e que o aluno continue no curso.

Tratando-se de curso superior, Maia (1984), com o objetivo de caracterizar o aluno evadido do curso de graduação, investigou quatorze cursos da Universidade Federal da Paraíba, nas áreas de tecnologia, biologia e humanidades. O resultado encontrado assemelha-se ao dos cursos técnicos e as principais justificativas encontradas para a desistência foram a falta de motivação e problemas pessoais. Constatou ainda que, a evasão ocorre ao longo do curso, mas é mais acentuada no primeiro ano.

Mudança de endereço

É comum o estudante voltar para a cidade onde moram seus pais. Por enfrentar dificuldades quando mora fora de casa, parte dessas dificuldades refere-se à falta de apoio familiar, modificação do círculo social, dificuldade de integração e escassez de recursos financeiros.

Dificuldades financeiras

As jornadas de trabalho prolongadas em busca do sustento da família e para custear os estudos ocasionam dois agravantes que levam muitos alunos a trancar a matrícula. Conforme afirma Sganzerla (2001, p. 202): "O problema é mais complexo do que se imagina: para muitos alunos o trabalho constitui um instrumento para se distanciar das obrigações acadêmicas". As questões financeiras têm grande influência na decisão dos estudantes de desistir do sonho de concluir um curso técnico, embora o curso ora pesquisado seja noturno.

Bueno (1993, p. 25), Paredes (1994, p. 16) e Gomes (2000, p. 149) verificaram que a impossibilidade de estudar e trabalhar leva muitos estudantes a desistir dos cursos. Pelas informações levantadas por meio das entrevistas, esses autores verificaram que o problema tem apresentado crescimento significativo. A situação socioeconômica do brasileiro continua instável em função da má distribuição de renda e do desemprego, além dos compromissos financeiros com a família.

Falta de referencial na família

É quando a família não apresenta admiração pela qualificação dos filhos nem valoriza os cursos procurados por eles. Na fala de alguns alunos entrevistados percebe-se que há casos em que os pais não são incentivadores e ficam à margem da opção dos filhos.

Falta de perspectiva de trabalho

A titulação técnica é almejada para se ter melhor condições de trabalho e melhores salários. Alguns cursos deixam de garantir tais regalias e o aluno busca outras opções de ocupação cujo mercado de trabalho seja mais promissor. O trabalhador autônomo com boa renda é mais propenso a abandonar os estudos ao analisar as possibilidades remotas de obter sucesso profissional em outra área.

Dessa maneira, Braga (2009, p. 5) constata que:

No caso do Brasil, a desistência de muitos jovens no Ensino Médio se dá ainda pela precariedade em que suas famílias encontram-se, a baixa ou nenhuma renda, o que faz com que os jovens sejam obrigados a trabalhar, mesmo sem carteira assinada ou com um salário baixo, pois, muitas vezes é só com esta renda que a família conta. Desta forma, o jovem deixa sua formação para mais tarde, e o retorno às vezes não acontece. Pesquisa do IBGE aponta a situação dos alunos entre a faixa de 15 a 17 anos que estão fora da escola porque precisam completar a renda familiar.

Outros autores percebem também a dificuldade de se conciliar estudo e trabalho. Para Goulart (2013, p. 19),

A dificuldade de conciliação de estudo e trabalho por parte de jovens e adolescentes brasileiros, bem como sua precocidade de ingresso no mercado de trabalho, passam então a ser percebidas como marcas distintivas do caso brasileiro.

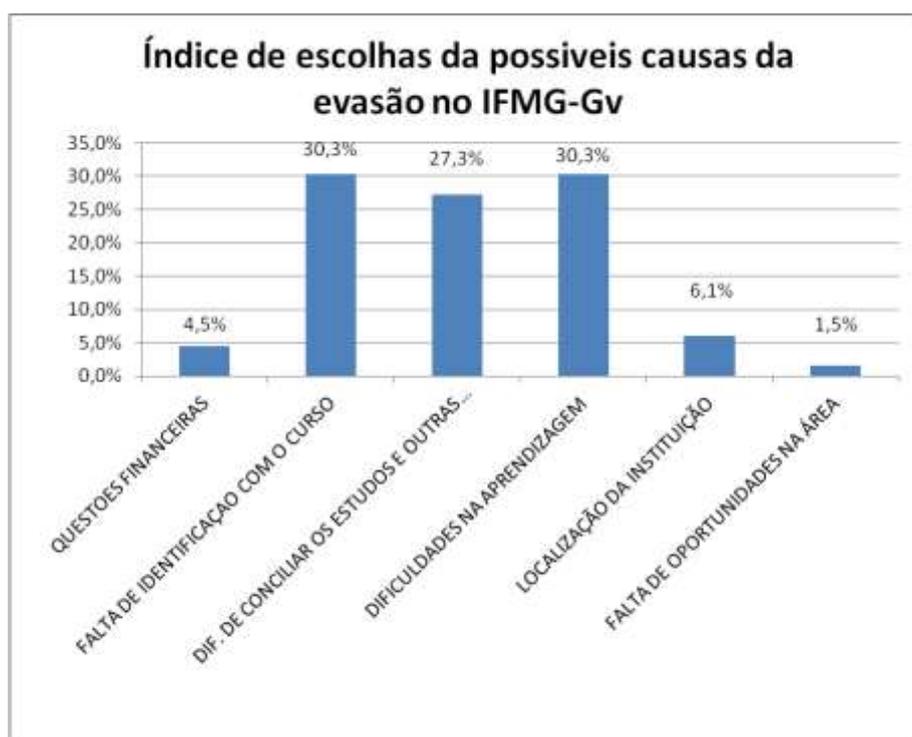
O perfil do aluno recai naquele estudante que não consegue conciliar trabalho e escola. Desse motivo desdobram-se outros como a repetência, jubilamento, problemas financeiros, desmotivação e outros. Para um melhor posicionamento sobre o tema seria necessário realizar um estudo mais aprofundado e traçar, com exatidão, o perfil do aluno evadido e as reais causas para propormos ações mais eficazes em reter tais alunos dentro da escola até a sua formação final.

A fim de minimizar a evasão escolar no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente no IFMG-GV, apresentamos um Projeto de Intervenção e Nivelamento, o qual poderá ser desenvolvido e aplicado com envolvimento de toda a comunidade escolar (constante do Apêndice 1).

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os índices de evasão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho são alarmantes. A coleta dos dados para esta pesquisa levou em consideração os anos de 2010 a 2014, assim como o Estudo Estatístico da Evasão no IFMG-GV (2014). As altas taxas de evasão/desligamento/abandono do curso são observadas no Gráfico 1 são preocupantes, sendo que a “falta de identificação com o curso” e a “dificuldade na aprendizagem” são as causas mais expressivas, seguidas da “dificuldade em conciliar trabalho/curso”, como nos mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Possíveis causas da evasão escolar



Fonte: Secretaria do IFEs/Minas Gerais – Campus de Governador Valadares.

Nessa etapa do trabalho buscamos o levantamento das possíveis causas de evasão no IFMG-GV realizado a partir do projeto de extensão denominado “Estudo Estatístico da Evasão e Caracterização do Perfil do Estudante no IFMG-GV”, projeto que faz parte do Programa Institucional de

Bolsas de Extensão (PIBEX), vinculado à Coordenação de Extensão do IFMG, a fim de confirmarmos os dados obtidos. Dialogar com eles (os dados) para determinar essas causas não é uma tarefa fácil, haja vista o número de motivos que podem ocasionar o abandono de um curso, estando muitas dessas causas relacionadas com motivos pessoais, sociais ou culturais do cotidiano do estudante, o que torna a identificação mais complexa ainda.

Embora o fenômeno da evasão esteja a se instalar na instituição, não há registro oficial de insatisfação dos alunos expressa no Gráfico 2, mesmo com o “difícil acesso” também confirmado no Estudo Estatístico da Evasão no IFES. As causas da evasão sempre suscitam questionamentos e/ou afirmações por parte de pesquisadores. Adachi (2009) considera a evasão um ato de exclusão do estudante. Defende que, ao evadir-se, o aluno poderia migrar para outro curso em transferência, na mesma instituição ou em outra, seja qual for o motivo apresentado.

Realizando uma análise do Gráfico 2 percebemos que o resultado da escolha das causas que levaram o estudante a deixar o IFMG-GV está distribuído de forma heterogênea, ou seja, os percentuais não estão concentrados em apenas uma opção.

Gráfico 2– Causas da evasão



Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFES – Governador Valadares-MG.

Numa visão geral, as causas que levaram o estudante a deixar o IFMG-GV foram, basicamente:

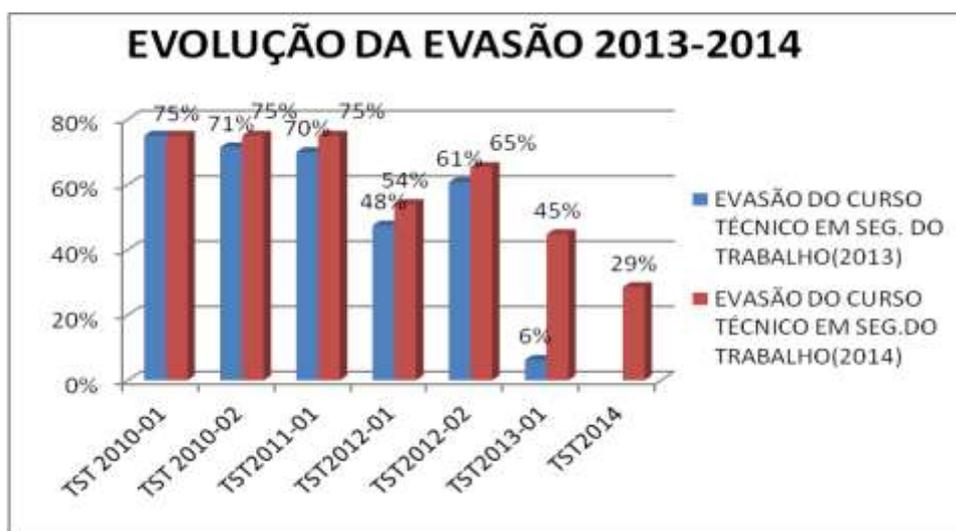
- Dificuldade de conciliar os estudos com outras atividades (39%)
- Localização da instituição (32%)
- Falta de identificação com o curso

De acordo com dados encontrados no Estudo Estatístico da Evasão no IFMG ora pesquisado, os alunos residem longe do instituto e também do trabalho, acarretando desgaste físico e gasto com transporte. Outra possibilidade é a não identificação com o curso e falta de um norteamento para mudar e/ou não procurar informações mais esclarecedoras para fazer nova opção.

Outros motivos que levariam o aluno ao desinteresse e abandono são: o comportamento negativo com relação à afetividade e/ou boa relação entre aluno/professor; o desinteresse da família pela vida escolar do estudante; a indisciplina do aluno; a omissão do professor em relação à aprendizagem do aluno, sendo que alguns professores possuem um comportamento não amigável e até agressivo com determinados estudantes. Percebemos, no Gráfico 3, que o número de alunos desligados e evadidos é altamente expressivo.

De forma específica, os índices de evasão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho apontados nos Gráficos 3 e 4 são preocupantes, sobretudo no período de 2013/2 a 2014/1, como demonstrado no Estudo Estatístico da Evasão no IFMG-GV.

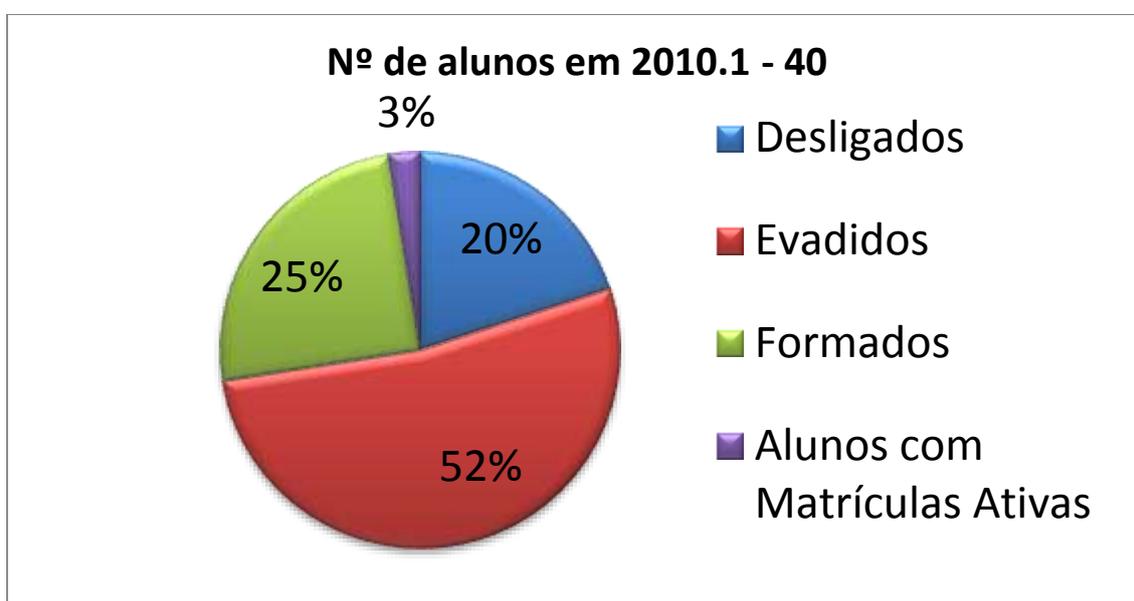
Gráfico 3– Evasão Curso Técnico em Segurança do Trabalho (2013/1 a 2014/1)



Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG

É inquietante a elevada evasão nas turmas do curso - com índice de abandono de 75%. Como vimos, a necessidade de trabalho e renda é um aspecto importante quando se decide abandonar a escola. Muitos adolescentes e jovens entram no mercado de trabalho cedo demais e a vida escolar acaba sendo sacrificada (e eles, excluídos por força da sobrevivência). Há uma parcela de alunos que se sustentam, ajudam em casa ou tem família. Nesses casos, optam pelo trabalho como forma de retorno imediato, deixando os estudos em segundo plano.

Gráfico 4 – Alunos evadidos/desligados em 2010/1



Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG.

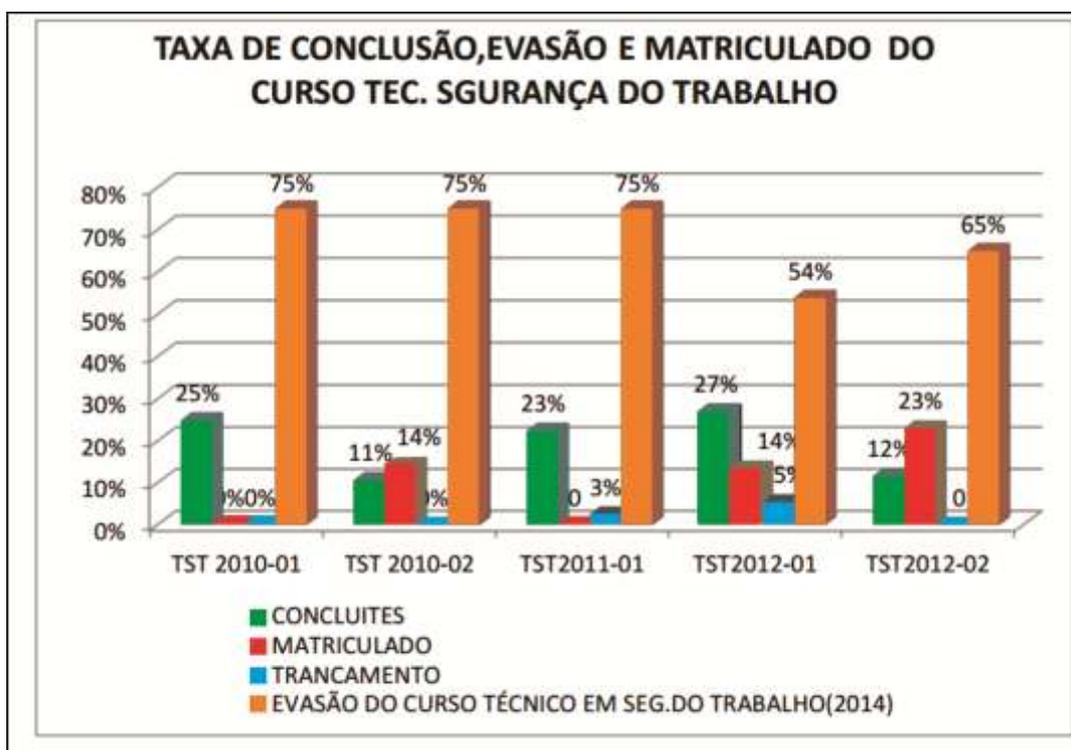
Corroboramos com Neri (p.17, s/d), quando afirma que

[...] a necessidade de trabalho e renda é um aspecto importante do abandono da escola. Foi mencionada por 27,1% dos jovens incluídos na pesquisa da FGV. Muitos adolescentes e jovens entram no mercado de trabalho cedo demais e a vida escolar acaba sendo sacrificada. Precisamos, acima de tudo, que se informe a população sobre a importância da educação (NERI, p.17, s/d).

Gostaríamos de apresentar resultados gratificantes, sobretudo no quesito “conclusão” dos alunos do curso ora pesquisado, mas, para desagrado pessoal e de todos envolvidos com o rumo da educação brasileira, aqueles são precários (Gráfico 4) – o que confirma a sugestão do Projeto de Intervenção e

Nivelamento (Apêndice 1) de que, com o envolvimento de toda comunidade escolar, podemos reverter ou amenizar esses números.

Gráfico 5—Índice de concluintes, evadidos e matriculados no Curso Técnico em Segurança do Trabalho (turmas 2010-01, 2010-02 e 2011-01)



Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG.

Nós pesquisadores precisamos considerar que a evasão é um problema que se engendra a partir de uma série de fatores determinantes. A expressão “evasão escolar” será entendida como resultado do fracasso escolar tanto do estudante quanto da instituição e também das políticas públicas. O Gráfico 5 nos apresenta índices acentuados e preocupantes.

Portanto,

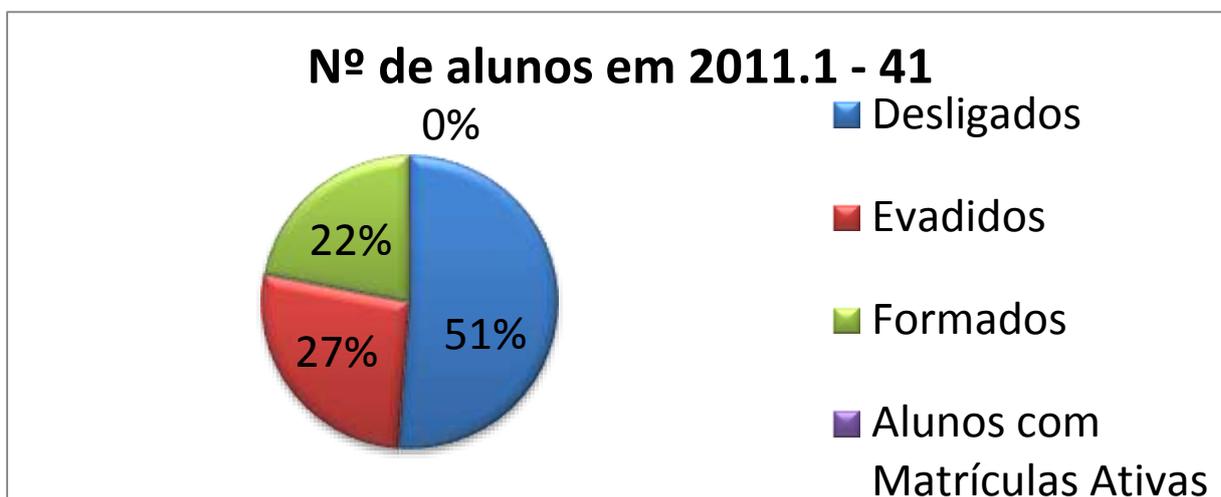
[...] não basta enxergar as boas propriedades da política educacional, como o potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões (NERI, p. 21, s/d).

Muito embora as políticas públicas fomentem a educação para todos, o seu objetivo não está sendo alcançado (Gráfico 6). Adachi (2009, p.33), afirma que

[...] desde o ano de 1995, a evasão se tornou um objeto de políticas públicas transformando-se num indicador para a alocação de recursos nas instituições universitárias públicas [...].

Entender o processo de evasão escolar exige uma postura reflexiva diante dos conhecimentos e estudos acerca do fenômeno. Segundo Freire (1982), o reconhecimento da presença de tal fenômeno obriga a atitudes críticas, o que nos parece sério e inquietante, como demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Alunos evadidos/desligados em 2010/1



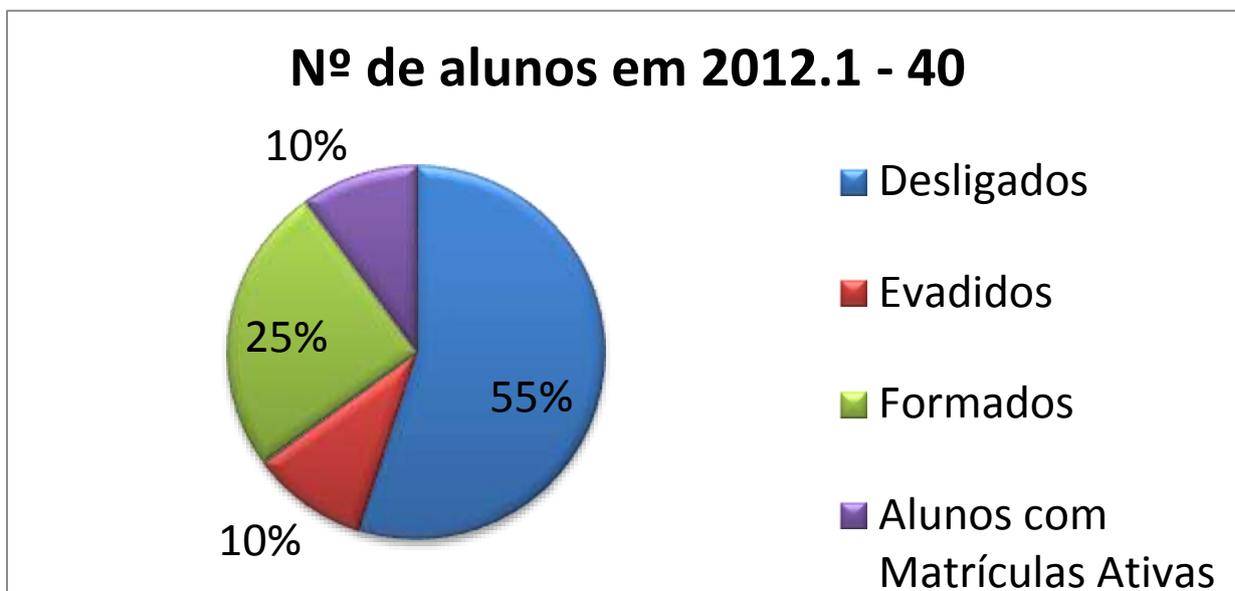
Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG

Dialogando com os Gráficos 6 e 7 percebemos que os índices continuam altos, com ligeira proximidade em 2011/1 e 2012/1, segundo fonte do IFMG-GV. Esses resultados tornam-se cada dia mais assustadores, sobretudo no quesito gastos públicos com salas de aula praticamente esvaziadas. Dados alarmantes no percentual de evasão/desligamentos não indicam conscientização nem dos alunos nem da instituição, pois consideramos que contabilizar dados não resolve a questão.

É lamentável que dados a respeito do perfil propriamente dito dos alunos evadidos, como sexo, idade, moradia, estado civil, ocupação e outros não estão registrados. É possível que, se tivéssemos a oportunidade de interagir

com esses alunos por meio de questionários e/ou entrevistas, conseguiríamos apresentar dados novos e, quem sabe, ajudar no resgate deles. A Diretoria de Ensino buscará de forma mais atenta, em 2016, esse trabalho de vigilância da frequência e, a partir daí, será possível obter mais controle sobre os alunos.

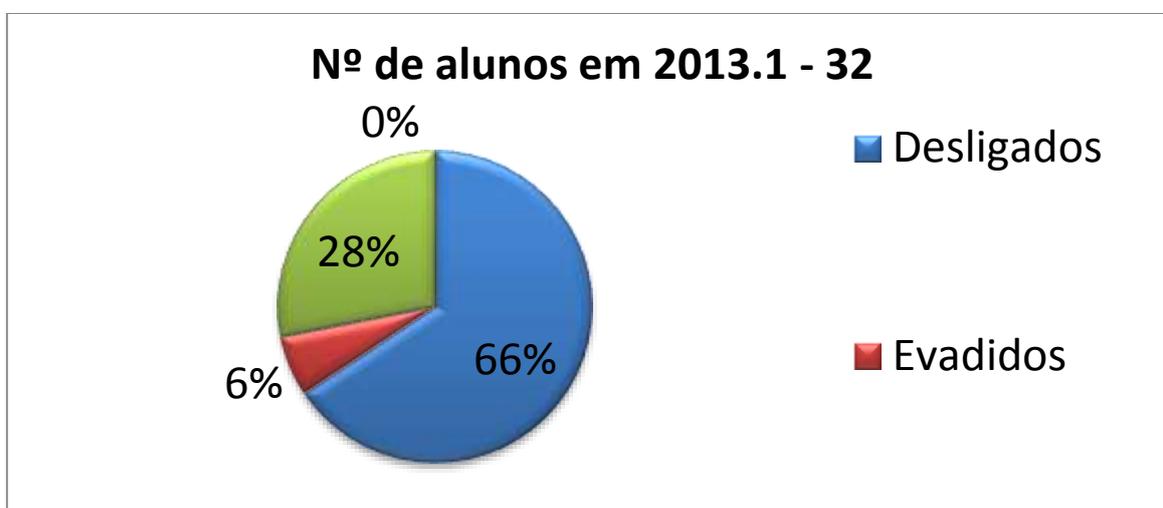
Gráfico 7 – Alunos evadidos/desligados em 2012/1



Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG

Em 2013/1, segundo o Gráfico 8, a situação apresentada ainda é grave e nos parece que as chances de se reverter esses números sejam a médio e longo prazos.

Gráfico 8 – Alunos evadidos/desligados em 2013/1

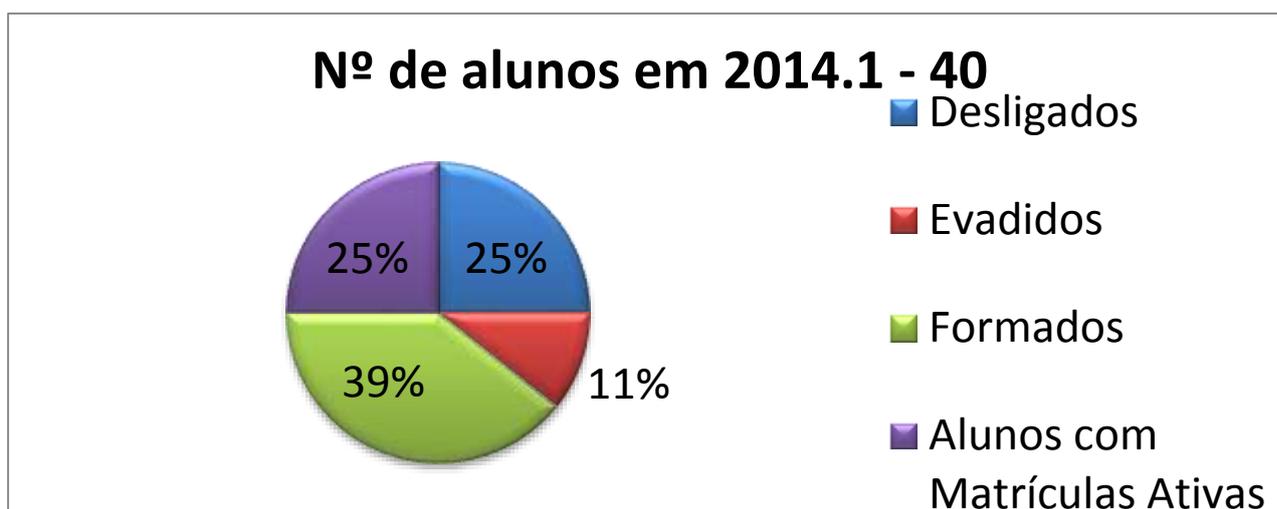


Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG

No Gráfico 9 notamos um decréscimo no número de desligados e evadidos, explicado pela reformulação do PPC, que diminuiu a carga horária de dois anos para um ano e meio sem prejuízo do ensino para prática de pesquisa e extensão. Os alunos que chegam atrasados por causa do trabalho estão sendo monitorados e aqueles com dificuldades de aprendizado também são acompanhados por monitores, com orientações que incentivam os alunos a permanecerem no instituto.

Tais dados são mais animadores, já que o percentual de redução de evadidos/desligados em 2014/1 apresenta uma baixa, ou seja, 36%, o que podemos considerar um avanço se comparado aos anos/períodos anteriores.

Gráfico 9 – Alunos evadidos/desligados em 2014/1



Fonte: Estudo Estatístico da Evasão no IFEs – Governador Valadares-MG

Também em estudo similar, Santos (2015) registra um baixo percentual de estudantes que concluem o Curso Técnico em Segurança do Trabalho no IFMG-GV, sendo que a maior taxa de conclusão é observada na turma 2012-01, cujo índice de 27% é considerado uma taxa de aproveitamento grave.

A fim de conter e/ou diminuir a evasão escolar é necessário um acompanhamento mais próximo ao aluno e que a escola esteja pronta a atender os seus anseios e necessidades de forma responsável e acolhedora, de modo que não tenhamos de nos deparar com os resultados demonstrados nos gráficos inseridos neste trabalho. Para tal, apresentamos um Projeto de

Intervenção e Nivelamento (Apêndice 1) que servirá de instrumento norteador de ações práticas que possam vir a diminuir e/ou reverter, de forma positiva, os resultados apresentados nos gráficos sobre o fenômeno em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a evasão escolar tanto no ensino básico quanto nas instituições de ensino superior vêm se tornando instrumentos cada vez mais necessários para que essa prática seja erradicada. Os estudos sobre o tema poderão se tornar, de fato, ferramentas capazes de prevenir a evasão/desligamento. Portanto, para finalizar, é necessário reconhecer as limitações deste trabalho e as implicações em torno do assunto e demais fatores socioeconômicos, políticos e de interesses que envolvam as políticas públicas brasileiras.

Os fatores externos são considerados: dificuldade em conciliar estudo com trabalho, a questão familiar e o nível de escolaridade dos pais (sendo muito questionada a falta de acompanhamento dos filhos em suas tarefas escolares). Podemos considerar fatores internos a desvalorização do ensino, as condições de trabalho dos professores, a relação afetiva entre professores e alunos, entre outros já relacionados. Além destes, podemos mencionar a falta de conhecimentos didáticos trazidos de instituições de ensino anteriores, além de (e/ou) experiências desfavoráveis acumuladas, principalmente tratando-se de alunos adultos ou fora da faixa etária.

Muitas vezes, o jovem se acha responsável pela sua evasão; isto se deve a atitudes impolidas para com os colegas, conflitos com o professor e o desinteresse pelos estudos. Mas a complexidade está presente também nas famílias, nas quais podemos verificar que alguns filhos permanecem na escola enquanto outros se evadem. Assim, é preciso que a busca pelas respostas seja um processo contínuo. Nessa seara, é necessário lançar mão de meios para retê-los na escola, oferecendo-lhes ensino de qualidade com intervenções necessárias e diversificadas. De qualquer forma, esta pesquisa demonstra questões que poderão ser ainda debatidas com o intuito de melhorar a qualidade de ensino, tornando-o mais atrativo e significativo para toda a comunidade escolar. Também há de se considerar o verdadeiro papel a ser desempenhado pela escola para que se alcancem os seus objetivos e metas.

As parcerias com empresas são sempre bem-vindas para a realização de estágios. Além de aumentar a renda familiar, se bem que por determinado período, há a possibilidade de o aprendiz se colocar na empresa, sem contar a

elevação da autoestima e satisfação pessoal. A interação constante é uma forma preventiva contra a evasão. Tudo isso só nos mostra que nenhuma instituição está livre desse fantasma porque, além dos fatores já determinados, há também os aspectos que se inserem na subjetividade das pessoas.

Apesar do estudo que fizemos sobre o assunto e da preocupação, que é geral, sentimos que é necessário que outros pesquisadores possam prosseguir a busca por outros meios de se conter da evasão/desligamento e que o Projeto de Intervenção e Nivelamento ora apresentado pode contribuir para diminuir o percentual de desligamentos/evasão. Diante do exposto, percebemos claramente que cabe a todas as partes envolvidas investir na realidade educacional para que o fenômeno da evasão desapareça e que a escola possa gozar de mais credibilidade e competência. Para tanto, faz-se necessário entender o nível cognitivo do aluno e a importância de se trabalhar o conteúdo de modo a aproximá-lo e mantê-lo na escola para que não haja distância entre as pretensões desta e as do aluno.

Algumas vezes nos deparamos com planejamentos, conteúdos e atividades inadequadas aos alunos. Daí ser possível inferir que a escola reforce ideias de elitização e exclusão social. Cabe ressaltar que o Projeto Político Pedagógico não pode encerrar-se no discurso teórico, como se somente as intenções bastassem para se obter o tão sonhado sucesso educacional. Embora haja riscos e desconfortos envolvidos nesse tema, propomos outras reflexões acerca da evasão escolar, de modo a compreendê-la à luz de futuras pesquisas e a fim de esclarecer seus determinantes e as intervenções necessárias.

Registramos que o assunto é amplo e que não se encerra nesta nossa abordagem. Deixamos que as lacunas ainda restantes fossem merecedoras do interesse dos estudiosos e que futuramente outros trabalhos sejam publicados e revistos de modo a aplacar o atual *déficit*.

REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A. C. T. Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ANDRIOLA, W. B. Evasão Discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar causas e implantar um Serviço de Orientação e Informação (SOI). Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 40, p. 332-347, jul./dez. 2003.

BATISTA, Madalena Luiza Gonzales. Pensando e repensando novas práticas docentes no ensino fundamental: a legitimidade, a responsabilidade social e a contribuição do Administrador Escolar no Cenário Educacional. 2007. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2007.

BRAGA, Lucília Margareth Gardens. Ensino médio noturno: cenário de evasão e de exclusão. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1921-8.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.ifmt.edu.br/post/1000404/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BUENO, J. L. O. A evasão de alunos. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 5, p. 9-16, ago. 1993. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 jul. 2015.

CUNHA, Antônio C. Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FREGONEIS, J. G. P. Estudos do Desempenho Acadêmico nos Cursos de Graduação dos Centros de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Estadual de Maringá: Período 1995-2000. Florianópolis, 2002, 145p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOMES, A. A. Evasão e evadidos: o discurso dos alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura. 1998. 157 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 1998.

GOMES, A. A. A educação em perspectiva sociológica. 3. ed. São Paulo: EPU, 2000.

GOULART, Luiz Peter Ribeiro. Estudantes do ensino médio noturno: desafios e expectativas: um estudo sobre relações entre educação e trabalho. 2013. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96163/000917552.pdf?sequence=1>>. Acesso em: jun. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/sobre-censo>>. Acesso em jun. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG). Estudo estatístico da evasão no IFMG-GV (2014). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, campus Governador Valadares. Governador Valadares, 21 jul. 2014.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Subsequente em Segurança do Trabalho. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, campus Governador Valadares. Governador Valadares, 21 jul. 2014.

JACOB, C. A. R. A evasão escolar e a construção do sujeito/profissional em curso de Ciências Econômicas. 2000. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2000.

JOHANN, Jorge Renato. Educação e Ética: em busca de uma aproximação. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. 130 p. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/educacaoeetica.pdf>> Acesso em: maio 2015.

MAIA, M. F. A evasão no 3º grau: a quem interessam as razões. 1984. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

NERI, Marcelo. Motivos da Evasão Escolar. Brasília: Fundação Getulio Vargas, 2009.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EDUSP, 1974.

PAREDES, A. S. A evasão do terceiro grau em Curitiba. 23 p. NUPES/USP, São Paulo, documento de trabalho n. 6/1994.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Rio de Janeiro: T. A. Queiroz, 1996.

RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia científica. São Paulo: Avercamp, 2006.

SALES, Teresa. Brasileiro longe de casa. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Daniel Profeta Moreira. Análise da Evasão no Instituto Federal Minas campus Governador Valadares. 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Produção) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Governador Valadares, 2015.

SGANZERLA, Nelva Maria Zibetti. Aspectos relevantes da estatística e a evasão de estudantes no curso de graduação em estatística da UFPR. 2001. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a história como labirinto. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 241-270, 2008.

SIQUEIRA, Sueli. Sonhos e Frustrações na emigração de retorno ao Brasil/EUA. Belo Horizonte, 2009. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, ano 18, p. 248-255, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/223/206>>. Acesso em: 30 maio 2015.

APÊNDICE A

Projeto de Intervenção para conter a evasão no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares

1. APRESENTAÇÃO

A implantação de um projeto de intervenção com a finalidade de controlar, conter e acompanhar a evasão escolar deve fazer parte de políticas educacionais do Instituto Federal (IFEs) de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares, tendo em vista que ela é um dos grandes problemas da instituição, sobretudo no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente.

Com este projeto buscamos fomentar o desenvolvimento de uma práxis educativa que, por meio de ações transformadoras, possam promover uma vivência que contemple a melhoria da qualidade do ensino traduzida em uma preocupação permanente com a afirmação da formação de uma cidadania efetivamente democrática.

O projeto está estruturado em etapas que contemplam a formação da equipe social, pedagógica, coordenadores de curso, constituição e legitimação de conselhos e colegiados para apoio e envolvimento no projeto, sensibilização da comunidade escolar e operacionalização e assessoramento durante a vivência do projeto.

1.2 Questão Norteadora

Como questão norteadora, preocupamo-nos em oferecer oportunidades em prol da permanência dos alunos, vislumbrando reverter a evasão em motivação, e que eles possam usufruir, além do ensino de qualidade, também da estrutura física do instituto, das relações interpessoais e de boa convivência

com os professores, coordenadores, técnico-administrativos e demais discentes, buscando a sua formação acadêmica a fim de aplicá-la no mercado de trabalho como forma de atender às exigências do mundo contemporâneo e garantir sua sustentabilidade financeira.

2. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a evasão escolar dos alunos do Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares, e a grande preocupação em manter os alunos no referido curso a fim de prepará-los para o mercado de trabalho, propomo-nos a apresentar o Projeto de Intervenção para aplicação e verificação de futuros resultados, entendendo que resgatar o aluno evadido e/ou desistente é mais difícil do que mantê-lo no ambiente escolar, uma vez que eles, nas dependências escolares, geralmente apresentam receptividade em participar de programas e conscientizar-se da sua responsabilidade e oportunidade de concluir um curso técnico de qualidade. Portanto, a justificativa desta pesquisa é a nossa preocupação em detectar e entender os motivos que levam muitos alunos a abandonar os estudos.

A evasão escolar faz parte dos debates e reflexões do dia a dia da educação e ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas educacionais. Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, entre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, o baixo desempenho, reprovação, trabalho. O projeto se justifica pela existência da evasão no ensino técnico, dos escassos estudos sobre essa questão e da política educacional de expansão do ensino técnico.

3. OBJETIVOS

Para cumprimento e efetivação deste projeto, apresentamos como objetivos:

3.1 Geral

Desenvolver, acompanhar e implementar ações a fim de estimular a permanência dos alunos do Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares, e evitar a evasão escolar com soluções viáveis e alcançáveis.

3.2 Específicos

- Estimular toda a comunidade escolar a participar do Projeto de Intervenção, visando à permanência dos alunos no IFEs – *campus* Governador Valadares;
- Criar e fortalecer espaços de debate sobre a necessidade da formação/qualificação do aluno diante das exigências do mercado de trabalho;
- Apresentar possibilidades e/ou soluções para a sua permanência na escola;
- Promover ações sociais de confiança, acompanhamento e valorização do ser humano que envolva toda a comunidade escolar.
- Monitorar a frequência dos alunos;
- Controlar e acompanhar a evasão escolar a fim de efetivar um dos princípios legais e éticos da educação nacional para que o aluno possa concluir o curso pretendido.

3.3 Metas

- Intensificar a curto, médio e longo prazo a conscientização da necessidade da permanência dos alunos;
- Priorizar o Projeto de Intervenção a partir das turmas iniciantes a fim de se evitar a evasão e/ou abandono.
- Incentivar a participação de toda a comunidade escolar e, sendo possível, integrar a família.

Este projeto busca soluções para o problema da evasão na educação profissional. Entre as possíveis causas já identificadas pelo estudo para o abandono estão: o nível socioeconômico do aluno, a estrutura organizacional e pedagógica das escolas, a política educacional e a relação da escola com os alunos.

3.4 Hipóteses

Apresentamos algumas hipóteses que, por experiência, podem ser encontradas:

- Trabalho árduo e/ou exaustivo;
- Incompatibilidade com horário de trabalho;
- Dificuldade de aprendizagem por estar afastado do convívio escolar por muito tempo;
- Falta de interesse por estar desempregado;
- Baixa autoestima e/ou falta de integração com a comunidade escolar.

4. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

O processo metodológico do projeto tem como princípio básico os quatro pilares fundamentais da aprendizagem, que, ao longo de toda a vida, serão, de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A estratégia pedagógica central a ser adotada para o projeto deverá partir da formação pela prática aliada à reflexão, envolvendo oficinas teóricas para o estudo conceitual; oficinas práticas de orientação de ações educativas para uma sociedade sustentável; passeios ecológicos na região; estabelecimento de relações com famílias agricultoras da comunidade e de comunidades vizinhas que desenvolvam propostas técnicas que tragam em sua concepção o respeito ao ambiente e práticas de conservação e bom uso

dos recursos naturais; e integração com as parcerias empresariais para conhecer as propostas de sustentabilidade das empresas.

4.1 Atividades a serem desenvolvidas

O Projeto de Intervenção deverá nortear-se por uma revisão bibliográfica do tema; estudos sobre políticas educacionais; levantamento da evasão escolar; e estudo sobre principais fatores de evasão escolar no ensino do Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares.

5. CRONOGRAMA E PLANILHA DE CUSTOS

O cronograma deve ser traçado pela equipe coordenadora e a Planilha de Custos, necessária em todo projeto, será elaborada em conformidade com as possíveis parcerias locais – públicas e privadas.

6. AVALIAÇÃO

Este projeto deverá ser avaliado continuamente e adequado sempre que necessário diante de novas demandas que aparecerem. Como toda parceria tem tempo determinado, é preciso que ele subsista além das parcerias empresariais e se mantenha com os recursos da própria instituição. Os resultados devem ser acompanhados pela coordenação do projeto e divulgados em todos os meios de comunicação disponíveis na escola.

6. CONCLUSÃO

A conclusão do trabalho caminha para a identificação de soluções que possam dar fim à problemática da evasão no Curso Técnico Noturno em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente, no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares, que caminhem para uma educação de qualidade e que seja atraente e não excludente.